

**PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA IBERO-AMÉRICA: CONCEITOS,  
FORMAS E CONSEQUÊNCIAS<sup>1</sup>**

**PRIVATIZATION OF HIGHER EDUCATION IN IBERO-AMERICA: CONCEPTS,  
FORMS, AND CONSEQUENCES**

**PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN IBEROAMÉRICA:  
CONCEPTOS, FORMAS Y CONSECUENCIAS**

Luciane Terra dos Santos Garcia <sup>1</sup> 0000-0003-3089-4263

Kildo Adevaír dos Santos <sup>2</sup> 0000-0002-4484-2782

Ricardo Cuenca <sup>3</sup> 0000-0002-9459-6559

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, RN, Brasil;  
luciane.terra@ufrn.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil;  
kildo@ufs.edu.br

<sup>3</sup> Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Lima, Lima, Peru;  
rcuencap@unmsm.edu.pe

**Resumo:**

O presente artigo objetiva analisar determinadas formas de privatização do ensino superior em curso na Ibero-América, bem como algumas de suas implicações nessa etapa de ensino. A pesquisa se fundamenta na perspectiva histórico-crítica, empregando como procedimentos de coleta de dados a revisão bibliográfica e a análise de documentos de políticas educacionais. A revisão bibliográfica incide sobre a produção acadêmica acerca da reforma da administração pública e educacional e da privatização da educação. A análise documental enfatizou dados sobre o ensino superior na Ibero-América, contidos nos informes da *Red Indices* (2021 e 2022) e do *Cinda* (2024). A privatização do ensino superior tem sido implementada nos países da região ibero-americana por meio de concessões de funcionamento à esfera privada, substituição da regulamentação existente, subcontratações de terceiros, estabelecimento de parcerias público-privadas, bem como alterando a cultura acadêmica. Tais processos têm reduzido responsabilidades estatais e modificado suas práticas, inclusive no que se refere ao financiamento do ensino superior, em que se reduzem investimentos públicos, enfatizam-se a concorrência e o desempenho, além de se subsidiar a esfera privada. A desregulamentação tem possibilitado mudanças no ensino superior, implicando na diversificação institucional e na ampliação do acesso estudantil, particularmente por meio do ensino a distância, com implicações na qualidade educacional e na precarização do trabalho docente. Por fim, enfatiza-se que processos de terceirização e parcerias público-privadas, somados ao fomento da lógica

<sup>1</sup> Esse texto compõe essa seção temática, que integra o Projeto de Pesquisa financiado pelo MCTI/CNPq – Edital n. 16/2004, intitulado *Educação Superior e os processos de privatização na América Latina*, coordenado pela professora Dra. Alda Maria Duarte Araújo Casto (UFRN/UFPB).

da performatividade, baseada em processos avaliativos e na competição por posições em *rankings* educacionais, têm alterado a cultura acadêmica conforme demandas do mercado.

**Palavras-chave:** privatização educacional; ensino superior; políticas educacionais; ibero-américa.

**Abstract:**

This article aims to analyze certain forms of privatization of higher education currently underway in Ibero-America, as well as some of their implications. The research is grounded in a historical-critical perspective, employing bibliographic review and analysis of educational policy documents as data collection procedures. The bibliographic review focuses on scholarly production concerning the reform of public administration and educational policy, and the privatization of education. The documentary analysis emphasized data on higher education in the Ibero-American region, contained in the reports of Red Indices (2021 and 2022) and Cinda (2024). The privatization of higher education has been implemented in the countries of the Ibero-American region through operating concessions to the private sector, replacement of the existing regulatory framework, outsourcing of third parties, establishment of public-private partnerships, as well as altering the academic culture. Such processes have reduced state responsibilities and modified their practices, including with regard to higher education funding, where public investment has been reduced, competition and performance are emphasized, in addition to subsidizing the private sector. Deregulation has enabled changes in higher education, implying institutional diversification and the expansion of student access, particularly through distance education, with implications for educational quality and the precarization of teaching work. Finally, it is emphasized that outsourcing processes and public-private partnerships, combined with the promotion of the logic of performativity, based on evaluative processes and competition for positions in educational rankings, have altered the academic culture, in line with market demands.

**Keywords:** educational privatization; higher education; educational policies; ibero-america

**Resumen:**

Este artículo tiene como objetivo analizar determinadas formas de privatización de la educación superior iberoamericana, así como algunas de sus implicaciones en esa etapa educativa. La investigación se fundamenta en la perspectiva histórico-crítica, utilizando como procedimientos de recopilación de datos la revisión bibliográfica y el análisis de documentos de políticas educativas. La revisión bibliográfica aborda la producción académica sobre la reforma de la administración pública y educativa y la privatización de la educación. El análisis documental se basó en datos sobre la educación superior iberoamericana contenidos en los informes de Red Indices (2021–2022) y Cinda (2024). La privatización de la educación superior se ha ido implementando en los países de la región mediante concesiones al sector privado, sustitución de la normativa vigente, subcontratación de terceros, y alianzas público-privadas, además de modificar la cultura académica. Estos procesos han reducido las responsabilidades estatales y modificado sus prácticas, incluso en lo que respecta a la financiación, donde se reducen las inversiones públicas, se enfatiza la competencia y el rendimiento, y se subsidia al sector privado. La desregulación ha permitido cambios en la educación superior, implicando diversificación institucional y mayor acceso estudiantil, especialmente mediante la educación a distancia, con implicaciones en la calidad educativa y en la precarización del trabajo docente. Por último, la tercerización y las asociaciones público-privadas, junto a la lógica de la

performatividade, baseada em processos avaliativos y en la competencia por rankings, han alterado la cultura académica conforme a las demandas del mercado.

**Palabras clave:** privatización educativa; educación superior; políticas educativas; iberoamérica.

## Introdução

A globalização econômica e as políticas neoliberais, fundamentadas na concepção de Estado Mínimo, têm impulsionado reformas estatais e em seus aparelhos pautadas na descentralização de poderes e encargos, na focalização de recursos e na privatização de serviços públicos. Sob essa lógica, o Estado, com vistas a atender aos anseios das classes dominantes, reduz sua atuação e os investimentos no setor social, notadamente, na educação, seguindo orientações de organismos transnacionais de poder.

Tal agenda determina, entre outros aspectos, a priorização de investimentos governamentais na Educação Básica em detrimento do Ensino Superior, o que contrasta com a expansão historicamente estatal deste nível educacional na Ibero-América, com funestas consequências. Nesse contexto, a privatização do Ensino Superior constitui-se tanto um meio de reduzir a atuação estatal quanto de formar a força de trabalho em conformidade com valores condizentes com as necessidades de reprodução social do capital, em seu atual ciclo de desenvolvimento, demandando-se, para tanto, a adaptação das instituições de ensino superior à regulação estatal, pautada na ordem mercantil.

Este artigo objetiva, portanto, analisar determinadas formas de privatização do ensino superior na Ibero-América, bem como algumas consequências, contextualizando esse processo nas transformações socioeconômicas e políticas que impulsionaram reformas educativas na região. A pesquisa ancora-se na perspectiva crítica e histórica da realidade social, empregando como procedimentos de coleta de dados a revisão bibliográfica e a análise documental da política educacional.

A revisão bibliográfica privilegiou a produção acadêmica acerca da reforma da administração pública e educacional, bem como dos processos de privatização do ensino superior na Ibero-América. Os dados quantitativos referentes à Ibero-América, utilizados nas discussões acerca das formas de privatização e suas consequências para a região, foram coletados nos informes da *Red Iberoamericana de Indicadores de Educación Superior (Red Indices, 2024 e 2025)*, coordenada pelo *Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS)*, da *Organización de Estados Iberoamericanos (OEI)*, e também no informe do *Centro Interuniversitário de Desarrollo (Cinda)*, de 2024.

O presente artigo está organizado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, contextualiza-se as reformas socioeconômicas, políticas e educacionais que incidiram na Ibero-América, enfatizando os processos de privatização educacional. A segunda discute distintas formas de privatização do ensino superior, destacando a concessão, a desregulamentação, a terceirização, as parcerias público-privadas e a performatividade na cultura acadêmica, destacando algumas consequências. Passa-se, então, a contextualizar as mudanças que fomentaram a privatização educacional, suscitadas pelas reformas estatais implementadas na região.

### **Políticas neoliberais, reformas educativas e a privatização da educação**

O quadro crítico do capitalismo em todo o mundo afetou as relações sociais e o mundo do trabalho. Essa crise do capital está relacionada a fenômenos políticos e econômicos de maior abrangência, como a crise do petróleo, a crise do Estado-Providência, a emergência de políticas neoliberais e a globalização da economia.

Por consequência, essa crise influenciou mudanças no Estado e nas políticas públicas sob a orientação neoliberal. O ideário neoliberal, que se originou após a Segunda Guerra Mundial e alcançou apogeu nos anos de 1990, tem como proposta reagir contra as políticas de regulação estatal na economia e nas políticas sociais, questionando, inclusive, o modelo político-administrativo que fundamentou o desenvolvimento dos sistemas públicos de educação, seja nos países industrializados, seja nos países em desenvolvimento.

A reforma e a reestruturação do Estado, segundo o neoliberalismo, trouxeram mudanças importantes para a administração pública e esse processo atinge diretamente o campo educacional, possibilitando a emergência de novos modos de regulação das políticas educacionais. Essas políticas passaram de um modelo “burocrático-profissional”, baseado na regulação “estatal, burocrática e administrativa” para um modelo “pós-burocrático” por não se fundamentarem na “legitimidade da razão”, privilegiando a valorização dos resultados, a busca da eficácia e a competição (Pereira; Marques; Lima, 2025), o que tem originado diferentes estratégias de reestruturação do sistema público de educação.

Uma das principais características das políticas neoliberais é a promoção de mecanismos de mercado nas estruturas do Estado. Essas políticas buscam liberalizar e estimular pressões competitivas entre os serviços, transformando os usuários em clientes. Além disso, promovem a privatização e a adoção de instrumentos e princípios de gestão fundamentados na racionalidade instrumental, subordinando os direitos sociais à lógica de eficácia e eficiência.

A substituição do papel do Estado, sobretudo na mudança da responsabilidade do ato de realizar para o ato de mensurar, cria possibilidades políticas diversificadas para a prestação dos serviços, ou seja, o distanciamento do Estado da responsabilidade exclusiva na prestação de um serviço abre oportunidades para outros prestadores, sejam eles públicos, voluntários e privados (Ball, 2004). Exemplo disso são os modelos alternativos de financiamentos privados para o desenvolvimento de setores públicos, como as “parcerias público-privadas”.

No conjunto desses modelos de políticas educativas, Ball (2005) aponta a cultura do desempenho (performatividade) e da gestão (gerencialismo) como duas das principais “tecnologias” no processo de reforma educacional. “A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança” (Ball, 2005, p. 543). A performatividade facilita o controle do Estado, “que governa à distância”. Sem demonstrar sua ação avaliadora, o Estado atua profundamente nas instituições públicas, afetando diretamente as práticas e a cultura dessas instituições e de seus trabalhadores, transformando o trabalho das instituições educativas em “resultados”, “níveis de desempenho” e “formas de qualidade”.

Conforme essa lógica, reformas estatais foram implementadas em diversos países, induzidas por condicionantes econômicos e orientadas, especialmente, pela concepção da Nova Gestão Pública (NGP). A NGP originou-se na esfera privada e desenvolveu-se, especialmente, nos governos dos Estados Unidos da América e na Inglaterra, modificando-se para adequar-se à esfera pública.

Hood (1991) assim sintetiza as concepções da NGP: controle centralizado das organizações por pessoas designadas pelo topo; definição de metas e indicadores quantitativos; alocação de recompensas conforme a performance; desagregação e instituição de competição no setor público; auditoria e terceirização de atividades; corte de custos; entre outros. Essas práticas, quando não promovem a privatização direta, no sentido da venda de ativos ou ações públicas para a instância privada, modificam sua forma de atuar, favorecendo a aceitação e a implementação de diferentes formas de privatização, que borram as fronteiras entre o público e o privado.

A Ibero-América tem sido, nas últimas décadas, um campo de aplicação das políticas educacionais com base nos pressupostos neoliberais. Feldfeber (2003), ao estudar a realidade argentina, observa que, nos discursos dos técnicos do Banco Mundial e das fundações locais de orientação neoliberal, articulam-se temas como autonomia institucional, novos modelos de gestão e redefinição da carreira docente como aspectos centrais da reforma no campo educativo.

Esse modelo educacional pautado na “autonomia” responsabiliza os indivíduos pelos resultados das instituições e tem contribuído para reforçar desigualdades educativas e sociais, além de suscitar diferentes formas de privatização do espaço público educativo.

Nos últimos 30 anos, observa-se, então, na Ibero-América, o desenvolvimento de várias tendências e processos que, de forma direta e indireta, configuram cenário propício para, em escala internacional, que se criem espaços ou estabeleçam-se os dispositivos necessários para o fomento de um mercado de serviços educacionais. Essa tendência se expressa em diversas formas de privatização educacional, implementadas no ensino superior, em particular, que serão discutidas no item a seguir.

### **Conceitos, motivos e formas da privatização do ensino superior**

Nesse item, analisa-se a privatização da instância pública, em que consiste por quais motivos e formas se expressam no ensino superior, abordando a apropriação do orçamento público pelas instâncias privadas. As políticas de privatização estão sendo implementadas com intensidade variante na Ibero-América e consequências diversas. Reformas administrativas implementadas nos diferentes países, com feições próprias, redefinem o papel do Estado, que, por um lado, reafirma princípios democráticos e afirma-se como garantidor do financiamento público, mas, por outro lado, desmantela os serviços públicos, impulsionando em seus aparelhos a lógica de mercado, cuja prioridade é a manutenção dos lucros privados a qualquer custo.

Nesse contexto, a privatização constitui-se estratégia para diminuir a atuação do Estado na esfera social, focalizando ações na população de baixa renda e, no âmbito educacional, na educação básica, com o objetivo de atenuar a miséria dos grupos excluídos, distanciando-se da perspectiva da garantia de direitos.

Soares Filho (2002, p. 114-115), analisando a privatização sob o prisma do Direito, pondera que esse processo “consiste, basicamente, em reduzir o trabalho do Estado e fortalecer a iniciativa privada, bem como adotar, na gestão dos serviços públicos, técnicas e meios próprios do setor privado”. Leher (2003, p. 8) esclarece que, de modo geral, “o termo privatização designa as iniciativas que ampliam o papel do mercado em áreas anteriormente consideradas privativas do Estado”, como saúde, educação e meio ambiente.

Reduzir a atuação estatal e ampliar a atuação do mercado não consiste em tarefa simples, nem implica somente mera transposição de propriedade. Analisando a particularidade da área da Educação, Verger, Zancajo e Fontdevila (2016, p. 48-49, tradução nossa) advertem que esse

fenômeno tem avançado com grande intensidade, adquirindo dimensão global e “se manifesta melhor na constituição de sistemas educacionais híbridos em que o setor público e o privado interagem e compartilham responsabilidades de forma complexa”.

Assim, diversas são as formas pelas quais se processa a privatização educacional, entre as quais Leher (2003, p. 8) destaca a “venda de bens e serviços de propriedade ou de prerrogativa exclusiva do Estado [...] a desregulamentação e estabelecimento de contratos de gestão de serviços públicos por provedores privados”. Essas são formas visíveis por meio das quais se percebe facilmente a atuação da instância privada no ensino superior. Embora esse nível de ensino não seja prioridade estatal, geralmente, não tem sido defrontado pela mudança de propriedade. Ainda assim, percebem-se mudanças marcantes em sua administração, financiamento, bem como na cultura acadêmica.

Nesse sentido, Ball e Youdell (2008) analisam as tendências pelas quais governos de todo o mundo privatizam a educação pública, demonstrando que algumas formas são evidentes, enquanto outras permanecem encobertas nas reformas educativas. Para os autores, a privatização pode ocorrer de duas formas principais: de forma exógena, ou privatização da educação, e de modo endógeno, ou privatização na educação.

A privatização exógena refere-se à “apertura de los servicios de educación pública a la participación del sector privado, a través de modalidades basadas en el beneficio económico, y la utilización del sector privado en cuanto a la concepción, la gestión o la provisión de diferentes aspectos educacionais” (Ball; Youdell, 2008, p. 8). Essa forma de privatização implica diversos meios de abertura para a atuação privada, não só pela venda de serviços, mas também para que essa atuação aconteça no interior das instituições públicas por meio de subcontratações, a exemplo das parcerias e terceirizações.

A privatização endógena, ou na educação, por sua vez, consiste na “importación de ideas, métodos y prácticas del sector privado a fin de hacer que el sector público se asemeje cada vez más a una empresa y sea tan eficiente como una empresa” (Ball; Youdell, 2008, p. 8). Segundo os autores, essa forma de privatização modifica a forma como a educação pública é gerida e organizada, como as decisões são tomadas, como as atividades são planejadas e avaliadas, bem como são julgados os implicados nos processos.

Essas formas de privatização denotam o atual movimento de “desenvolvimento do capitalismo e do aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas, faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea” (Rikowski, 2017, p. 401). O motivo pelo qual os governos de diferentes países têm promovido a privatização da educação,

portanto, não reside na alegada melhoria da qualidade dos serviços públicos, sendo esta afirmativa apenas um meio de legitimar tais mudanças.

Ao contrário, segundo Rikowski (2017, p. 401), o capital se encontra em crise e busca converter “a receita do Estado em lucro privado”. O que interessa aos investidores e corporações são os orçamentos estatais da educação, que eles buscam capitalizar e movimentar no mercado educacional. Nesse sentido, ainda segundo o autor, procuram tomar o controle sobre a educação, sem que isso envolva, muitas vezes, a propriedade institucional. O fundo público é que se encontra em disputa e, segundo essa lógica, deve servir, eminentemente, às instituições privadas em detrimento das estatais, implicando mudanças no conteúdo educativo e no controle sobre a própria educação.

A implementação de políticas dessa natureza tem sido legitimada por discursos ideológicos, divulgados, em especial, por instâncias transnacionais de poder e referendados pelas elites locais que as implementam, afirmando a ineficácia do Estado em contraposição à eficiência privada. Busca-se, dessa forma, criar o lastro necessário à privatização do público como parte da atual fase de desenvolvimento do capitalismo que tudo transforma em mercadoria.

Instâncias como o Banco Mundial, por exemplo, têm atuado visando promover a privatização e a mercantilização do ensino superior. É nesse sentido que Dourado (2002, p. 240), analisando as orientações contidas no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, datado de 1995, as sintetiza nesses termos:

[...] novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto à iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos; [...] aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; [...] diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias; entre outras (Dourado, 2002, p. 240).

As novas formas de regulação e gestão estatal do ensino superior devem ser empregadas, portanto, para redirecionar o financiamento das instituições públicas, promover a diversificação institucional, assegurar que instituições públicas busquem o próprio custeio, captando recursos junto a empresas privadas, ao passo que os recursos estatais passam a subsidiar a instância privada. Na Ibero-América, uma das formas de impulsionar a privatização do ensino superior tem se constituído no financiamento sob demanda, na perspectiva teórica da “escolha pública” e da lógica de “quase-mercados” educacionais (Verger; Zancajo; Fontdevila, 2016) por meio de programas de crédito estudantil e *vouchers*.

Se historicamente o orçamento público consistiu no principal financiador do ensino superior em todo o mundo, na atualidade, isso já não consiste em uma realidade na Ibero-América, visto que esse financiamento se diversificou. Na maioria dos países, tais como Espanha, Costa Rica, Portugal, México, Argentina, Brasil e Peru, prevalecem os gastos públicos com o ensino superior em relação aos privados. O Chile é o país da região que mais gasta com o ensino superior, cerca de 2,7% de seu PIB, no entanto, 1,4% do PIB, ou seja, a maior parte desse esforço, provém do investimento familiar (Cinda, 2024).

Países como Brasil, Portugal, Espanha, México e Peru investem bem menos no ensino superior, empregando cerca de 1% do seu PIB (Cinda, 2024), ou ainda menos, o que não significa que o orçamento público seja exclusivo para as instituições públicas. Chaves e Amaral (2016) demonstram que, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), grande parte do investimento governamental tem sido destinada a estudantes de instituições privadas, na forma de bolsas de estudos. Soma-se a esse programa a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que consiste em empréstimo aos estudantes para que custeiem seus estudos e que também sustenta e amplia as empresas educacionais.

Simultaneamente, há uma redução dos investimentos públicos destinados às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, o que tem levado essas instituições a buscar alternativas de captação de recursos no mercado capitalista (Lopes, 2022). Da mesma forma, Atairo, Trotta e Saforcada (2022) asseveram que, no Chile, o gasto público com o ensino superior também compreende os fundos destinados a instituições privadas por meio de subsídios estudantis.

Evidências sugerem (Castro; Franco, 2024) que, embora esses programas sejam apresentados como políticas de inclusão no ensino superior, têm resultado na transferência de recursos públicos para instituições privadas e na expansão de conglomerados educacionais. Com base em estudos recentes, Atairo, Trotta e Saforcada (2022) consideram que tais arranjos reconfiguram a alocação de recursos e as dinâmicas econômicas interinstitucionais ao vincular o financiamento ao estudante aos resultados de mercado, favorecendo o crescimento da chamada “Indústria Global da Educação” (Costa; Guerra, 2025).

Observa-se, por conseguinte, que as políticas neoliberais têm proporcionado não só a diversificação do financiamento do ensino superior, mas também privatizado o orçamento da educação pública. Isso implica retirar direitos e impulsionar o mercado educacional, alterando a legislação vigente, em âmbito nacional. No item a seguir, se discutirá, então, a desregulamentação do ensino superior como forma de privatização.

## **Desregulamentação do ensino superior: diversificação e avanço da EaD**

Nesse item discute-se a desregulamentação como estratégia necessária à privatização do ensino superior, ressaltando algumas consequências desse processo na Ibero-América. Enfatiza-se a diversificação institucional e o incremento de vagas na iniciativa privada e na modalidade a distância como consequência desse processo.

A subordinação do ensino superior aos ditames mercantis não poderia ser implementada sem que a regulamentação educacional, pautada no modelo burocrático-profissional, fosse substituída pela regulação pós-burocrática. A literatura indica (Verger; Zancajo; Fontdevila, 2016) que tal processo sustenta-se na narrativa que problematiza a capacidade estatal de financiamento e advoga a expansão de parcerias público-privadas.

Para tanto, não raro observa-se, em âmbito local, a atuação de atores privados na formulação de políticas, com o objetivo de promover a privatização educacional (Carvalho; Lima, 2024). A dinâmica da privatização é complexa e se articula por meio de uma rede de “governança” que envolve, de modo proeminente, grupos empresariais do setor educacional e suas conexões com organismos internacionais.

A história educacional da maioria dos países da Ibero-América é marcada pela coexistência de instituições públicas e privadas, quer seja na educação básica, quer seja na superior, pela incapacidade ou pela falta de vontade política dos Estados promoverem educação pública de qualidade em todos os níveis educacionais. Embora as instituições públicas sejam consideradas oficiais, autoriza-se o funcionamento de estabelecimentos privados, desde que comprovem a devida capacidade de exercício das funções educativas.

Segundo Cury (2016), as instituições educacionais privadas, cujo funcionamento é autorizado, devem obedecer à legislação vigente e submeter-se a inspeções oficiais, podendo ter a concessão suspensa caso as exigências legais não sejam cumpridas. A concessão/autorização consiste, portanto, em uma forma tradicional de privatização da oferta escolar por meio do qual, mediante contrato firmado, o particular exerce serviço educacional em seu nome e sob sua responsabilidade, submetendo-se à fiscalização, controle e intervenção da administração pública, inclusive no que se refere a cobranças aos usuários (Soares Filho, 2002). Ainda conforme Cury (2016, p. 127), a “concessão de serviço público, inclui sempre a concepção de interesse coletivo ou de bem comum do qual o concedente continua titular”.

As instituições de ensino superior privadas são, portanto, concessões estatais que, para serem autorizadas, precisam obedecer a imposições legais a fim de garantir a qualidade desejada socialmente aos serviços prestados. Por meio da desregulação, as regras são diminuídas e a

intervenção do Estado, buscando garantir uma suposta “liberdade” para que indivíduos e instituições concorram no mercado, sem a proteção estatal (Di Pietro, 2019). Essa “liberdade”, no entanto, sem a devida orientação e controle estatal, pode comprometer a qualidade dos serviços dos quais o Estado continua titular.

Atairo, Trotta e Saforcada (2022) demonstram que, no Chile, o processo de privatização educacional decorreu das políticas neoliberais implementadas durante a ditadura civil-militar (1973-1990), na qual o Estado transferiu gastos e a regulação educacional ao mercado para que a concorrência ajustasse a competição e a qualidade educacional. Tendo essa experiência servido de parâmetro para reformas em todo mundo, países como Brasil, Peru e México desenvolveram reformas na administração pública e, particularmente no ensino superior, entre as décadas de 1990 e 2000. A coordenação dos governos nacionais foi decisiva na desregulamentação e implementação de nova regulação neoliberal.

Embora as instituições estatais não tenham, em grande medida, mudado de propriedade, foram-lhes impostas diferentes lógicas de privatização endógenas e exógenas. Entre as consequências da desregulamentação do ensino superior na Ibero-América, destaca-se a diversificação institucional e o incremento de vagas, em especial, na Educação a Distância (EaD).

No que se refere à diversificação institucional, Prates (2010, p. 126) assevera que esse processo não tem o modelo universitário como referencial, de modo que se observa o crescimento de instituições como “escolas, institutos e centros de ensino superior voltados mais para o ensino e o treinamento vocacional do que para a formação acadêmica e a produção de pesquisa”. Uma vez que as instituições privadas têm como objetivo primordial o lucro, buscam formatos institucionais mais baratos que o universitário, que desenvolvem, tradicionalmente, ensino, pesquisa e extensão.

Nas universidades públicas, as mudanças têm trazido consequências nefastas, uma vez que passou a disputar financiamento com as instituições privadas. No que se refere à realidade peruana, Cuenca e Reátegui (2016) analisam que entre os impactos da liberalização do mercado educacional, estão a introdução da lógica empresarial na cultura universitária, tornando a pesquisa objetivo secundário, além do aumento de docentes com contratos de trabalho temporários, na maioria dos casos, sem formação de doutorado. Isso compromete o desenvolvimento de pesquisas e impacta a formação.

A diversificação institucional levou ao aumento do número de instituições, o que demandou também incremento de pessoal docente. Conforme os dados da *Red Indíce* (2022), a

Ibero-América registrou, em 2021, um total de 1.734.242 docentes atuando no ensino superior. No entanto, o número de investigadores atuando em universidades corresponde a 795.940, que equivale a 46% dos profissionais. Destes, apenas 393.499, cerca de 50%, possuem dedicação exclusiva, atributo daqueles que se dedicam às atividades científicas e tecnológicas, o que demonstra o quanto a investigação científica pode estar sendo prejudicada.

Na Ibero-América, a concorrência em editais de fomento à pesquisa se tornou uma prioridade para os docentes universitários. O modelo concorrencial gera implicações significativas para a autonomia institucional e para o acesso equitativo à educação de qualidade, uma vez que a dependência de financiamento externo e, particularmente, privado para pesquisa influencia a definição de prioridades e a natureza das pesquisas desenvolvidas (Lopes, 2022).

Por outro lado, regras mais brandas para abertura de instituições de ensino superior possibilitaram não só o incremento do número de instituições, mas também de vagas. No Peru, Cuenca e Reátegui (2016) demonstram que a liberação do mercado educativo no país possibilitou o crescimento de instituições com fins lucrativos, com menor exigências para o ingresso e mais baratas. Se por um lado amplia-se o acesso, por outro, compromete a qualidade do ensino superior. Esse mesmo fenômeno foi retratado por Atairo (2019), na República Dominicana, denunciando que a maior parte da oferta e da matrícula estão na iniciativa privada, subsidiada financeiramente por recursos públicos. Essa é uma tendência que pode ser observada em diferentes países da Ibero-América.

Conforme dados da *Red Indice* (2024), a matrícula total no ensino superior da Ibero-América, em 2022, foi na ordem dos 34 milhões de estudantes, apresentando um incremento de 17,8 milhões, no ensino superior privado, que cresceu 30%, em média, no decênio de 2013 a 2022. Esse crescimento varia conforme os países, de modo que em países como Cuba, Uruguai, Portugal, Argentina, Bolívia, Panamá e Espanha, as matrículas públicas são superiores às privadas (Red Indices, 2024). No entanto, é notório o crescimento da privatização do ensino superior em países como Brasil, Peru, México, Espanha, Honduras e Paraguai, no mesmo período (Red Indices, 2024).

A consolidação do modelo gerencial-mercantil no ensino superior tem ampliado o acesso, particularmente, no ensino a distância, que se consolidou, eminentemente, após a Pandemia de Covid-19 (2020-2023). Dados da *Red Indices* (2024) demonstram o incremento de cursos na modalidade a distância, nos países da Ibero-América, no período de 2012 a 2021, com exceção de Cuba e Portugal. Indica também que na Ibero-América o número de estudantes que realizaram sua primeira graduação nessa modalidade foi de 25% (Red Indices, 2024).

Chama a atenção o caso do Brasil, que quase triplicou a quantidade de matrículas no ensino superior a distância no mesmo período, passando de 15%, em 2012, para 40%, em 2022 (Red Indices, 2024), considerando os processos de desregulação do ensino implementados pelo governo durante a pandemia.

No Brasil, a expansão da privatização do ensino superior está associada à rápida difusão da educação a distância (EaD), intensificada pela flexibilização regulatória (Carvalho; Lima, 2024), que possibilitou a ampliação de polos e a simplificação de credenciamentos. O estudo de Minhoto, Bielschowsky e Aguiar (2024) aponta que, nesse país, a oferta de matrículas nessa modalidade educacional concentra-se em instituições privadas. Ademais, a missão institucional dessas organizações tem privilegiado o ensino, com limitada integração sistemática entre ensino, pesquisa e extensão, o que impacta a qualidade da formação.

As evidências têm sugerido (Carvalho; Lima, 2024) que essa modalidade educacional, nas instituições privadas, tem apresentado tanto taxas de evasão mais elevadas quanto desempenhos médios inferiores em avaliações externas nacionais, quando comparados aos resultados de cursos presenciais, de instituições públicas. Isso demonstra que as matrículas estão crescendo em detrimento da qualidade dos serviços prestados à população, que caberia ao governo zelar, considerando-se que concede a autorização para funcionamento, mas permanece titular do serviço exercido em seu nome.

### **Parcerias, terceirizações e avaliações: a privatização por dentro**

Nesse item discute-se a privatização no interior das instituições de ensino superior, tanto pela presença de agentes privados quanto pela lógica da performance que altera a cultura acadêmica. No contexto da Nova Gestão Pública, antigas formas de privatização convivem com as atuais, de modo que velhos conceitos têm sido recriados, bem como novas terminologias engendradas para designar e legitimar esses processos. Entre eles destacamos a terceirização e a parceria público-privada, largamente empregadas na gestão pública, na atualidade.

No que se refere à terceirização, Di Pietro (2019) explica que consiste em um vocábulo emprestado da vida empresarial para designar antigos contratos de obras, serviços e fornecimentos utilizados na Administração Pública. Referem-se à contratação de terceiros para

o desempenho de atividades-meio, supostamente para que a empresa ou órgão governamental concentre-se em suas tarefas essenciais (Di Pietro, 2019).

Em países como o Brasil, no entanto, a terceirização nas instituições educacionais não se restringe a serviços como merenda escolar, vigilância e limpeza, que prestam suporte ao ensino e à aprendizagem, que são as atividades-fim da escola. Reformas nas leis trabalhistas permitiram, inclusive, a terceirização do ensino, que vem impactando, enormemente, o trabalho docente. Calderón (2013, p. 488) denuncia que nesse país, instituições de ensino superior privado, para concorrerem no mercado, aprimoram sua estrutura gerencial contratando “professores horistas” pagos conforme o “número de horas de aula ministradas, sem tempo para o desenvolvimento de pesquisa ou para uma dedicação maior às atividades pedagógicas”.

Se a terceirização tem ocasionado a precarização do trabalho docente, a parceria não é diferente. A parceria se constitui uma forma de concessão que assume diferentes formas, mas Di Pietro (2019) destaca dois tipos: 1) a concessão patrocinada, que consiste na prestação de serviço público ou na administração pública, envolvendo ou não remuneração por parte do usuário ou do parceiro público, pela execução de determinada tarefa; e 2) a concessão administrativa, cujo serviço prestado, direta ou indiretamente, implica remuneração do parceiro público ao privado por contraprestação, assemelhando-se ao contrato por empreitada.

Tanto a terceirização quanto a parceria público-privada privatizam as universidades públicas por dentro, repassando verbas para que instituições privadas prestem serviços em seu interior. A constituição de fundações de direito privado que administram, vendem cursos e serviços nas instituições de ensino superior colabora para esse fim. Na visão de Davies (2006), essas fundações têm a finalidade de reduzir as responsabilidades governamentais quanto ao “[...] financiamento integral das IES e fortalecer os elementos privatistas em seu interior, sobretudo aqueles capazes de oferecer serviços mercantilizáveis, em detrimento dos serviços socialmente necessários, mas sem mercado comprador” (Davies, 2006, p. 37).

A expansão recente da participação de atores privados na administração, na prestação de serviços diversos e mesmo na captação de recursos, notadamente por meio de terceirizações, parcerias público-privadas e arranjos correlatos, reconfiguram a atuação das instituições públicas de ensino superior. A literatura (Atairo; Trotta; Saforcada, 2022) indica que tais parcerias alteram a governança, os mecanismos de *accountability* e a distribuição de recursos públicos.

Ademais, essas parcerias modificam a concepção do direito na educação, drenam investimentos públicos, além de constituir-se meio de burlar o direito administrativo. Conforme

Di Pietro (2019, p. 247), a parceria tem sido utilizada para evitar “a licitação, os concursos públicos para seleção de pessoal, as regras constitucionais sobre servidores públicos e sobre finanças públicas”. Da mesma forma, a terceirização, por sua vez, tem propiciado a alocação de mão de obra na esfera pública sem concurso e que muitos contratos sejam mascarados como “prestação de serviços técnicos especializados”, assegurando-lhes aparência de legalidade (Di Pietro, 2019, p. 350).

Além disso, contratando-se pessoas sem vínculo com a administração estatal ou mesmo com a entidade que a contratou, favorece-se o nepotismo e o apadrinhamento ainda tão presentes na administração pública de muitos países da Ibero-América. Essas formas de privatização da gestão pública, distante de garantir qualidade aos serviços prestados à população, constituem-se ataques ao direito à educação de qualidade e aos trabalhadores, à autonomia universitária, entre outros aspectos, que pouco a pouco modificam os modos de pensar e agir nas instituições.

Ademais, a privatização endógena das instituições de ensino superior tem sido largamente fomentada pela lógica da performatividade, que orienta as ações coletivas para a competição pela inovação consoante com lógica empresarial, pela busca por premiações e posições em *rankings* educacionais, pelo fomento ao empreendedorismo, entre tantas outras mudanças que vêm orientando a conduta de muitas instituições de ensino superior na atualidade.

Um fator que tem alterado profundamente a forma de conceber a educação, abrindo espaço para a consolidação e legitimação da lógica da performatividade no ensino superior, é a constituição de avaliações externas no intuito da definição de metas e *rankings* educacionais. Nesse sentido, Martins e Barreyro (2024) analisam como a criação de *rankings* acadêmicos internacionais tem se tornado instrumento de regulação em instituições de ensino superior. Segundo os autores, determinados governos prestam suporte para que as universidades de seus países se destaquem. Além disso, no âmbito das instituições educativas, os *rankings* induzem mudanças institucionais, legitimam decisões e projetam a imagem institucional, tornando-se instrumentos de *accountability*, que impactam a vida financeira e simbólica das instituições.

Dessa forma, fortalece-se a cultura da performance que direciona a vida acadêmica, orienta valores, legitima saberes, conforme a lógica do mercado educacional. Consolida-se uma concepção de qualidade educacional pautada em fatores como inovação, empreendedorismo, desempenho, premiações, competitividade, utilitarismo, tão próprios da iniciativa privada. Dados da literatura específica (Santos; Araújo, 2023) apontam que a presença do setor privado tem ganhado centralidade no ensino superior, e que discursos de desenvolvimento profissional

e empreendedorismo têm sido mobilizados para legitimar práticas alinhadas a princípios de mercado, apontando tanto indícios de privatização em frentes específicas quanto a reconfiguração das responsabilidades do Estado na provisão, regulação e financiamento.

Nesse contexto, crescem as demandas para que os conhecimentos produzidos nas universidades alimentem o mercado das inovações e que o conhecimento produzido em seu interior promova o desenvolvimento econômico e social. Nessa condição, aprofunda-se a relação universidade-empresa, devendo o aparato científico estar a serviço da produtividade e competitividade econômica. As universidades devem assumir a função de gerar inovações úteis à construção de processos, produtos e serviços ao dispor de pequenas, médias e grandes empresas, fortalecendo o mercado global.

A literatura aborda os desafios enfrentados na construção de universidades empreendedoras ou inovadoras, cuja necessidade é impulsionada pela busca de recursos para viabilizar pesquisas em colaboração com o setor empresarial, interações estas que são fomentadas e articuladas pelo governo. Nesse contexto, é imperativo instituir uma nova concepção de universidade, que priorize o desenvolvimento de pesquisas amparadas por múltiplas fontes de financiamento, promova áreas consideradas prioritárias, estimule inovações e estabeleça políticas de propriedade intelectual. Além disso, deve-se permitir que acadêmicos empreendam, gerando novas empresas e oportunidades, contribuindo assim para o avanço do conhecimento e para o fortalecimento da economia (García; Tuesta, 2024).

Mudanças como estas encontram-se em curso em âmbito global, o que denota a privatização acadêmica em curso na Ibero-América, que se expressa, por exemplo, na quantidade de registros de patentes solicitados. Conforme dados da *Red Indices* (2025), em 2022, universidades de países da Ibero-América solicitaram 522 registros de patentes por meio do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT), da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). As universidades espanholas (295), portuguesas (68), chilenas (64) e brasileiras (44) foram as que mais solicitaram registros, no intuito de proteger a propriedade dos conhecimentos que se espera comercializar. Isso reforça a afirmativa de Ball (2004, p. 1.108), de que “a educação é um assunto de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios”.

## Considerações finais

As mudanças socioeconômicas que denotam o domínio do capital na contemporaneidade têm promovido mudanças no papel do Estado, sob a orientação neoliberal, que apregoa a concepção do Estado mínimo para a área social. No âmbito do ensino superior da Ibero-América, as reformas estatais tem instituído a regulação pós-burocrática, pautada em mecanismos de mercado, que tem na privatização um dos principais meios de redução da atuação e financiamento estatal para as instituições públicas, que passou a ser disputado com a iniciativa privada, alimentando um grande mercado educacional.

Neste artigo, discutiu-se a concessão, a desregulação, a terceirização, as parcerias público-privadas, bem como a lógica da performatividade como formas pelas quais se privatiza o ensino superior, na Ibero-América. Diferentes são as formas pelas quais o Estado tem ampliado a atuação da iniciativa privada no ensino superior, embora continue responsável por regular essa etapa.

A constituição de uma regulação pós-burocrática, pautada na flexibilização de regras e controles, autorizam a diversificação institucional, que tem defrontado o modelo universitário com outros mais baratos e enfatizado o ensino em detrimento da pesquisa. Isso tem ampliado o acesso, em especial, em instituições privadas, subsidiadas por recursos públicos, e na educação a distância, no entanto, a flexibilização de regras e controles estatais têm comprometido a qualidade educacional.

No interior das instituições de ensino superior públicas da região, a privatização tem avançado, quer seja pela prestação de serviços por parte de atores privados em seu interior, quer seja pelas mudanças na cultura acadêmica. Processos de terceirização e parcerias público-privadas têm reduzido responsabilidades estatais, ao passo que drenam recursos públicos, precarizam o trabalho docente e fortalecem a lógica privatista. As mudanças na administração pública vêm consolidando a concepção de qualidade gerencial e a performatividade nas instituições, pautando-se na concorrência fundamentada em processos avaliativos, metas e *rankings*; no financiamento conforme o desempenho; e na cultura empresarial, que premia a performance, a inovação e o empreendedorismo.

## Referências

- ATAIRO, Daniela. El caso de República Dominicana. *In*: SAFORCADA, Fernanda *et. al.* **Tendencias de privatización y mercantilización de la universidad en América Latina: los casos de Argentina, Chile, Perú y República Dominicana.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IEC – CONADU; San José de Costa Rica: Internacional de la Educación – IE, 2019.
- ATAIRO, Daniela; TROTTA, Lucia; SAFORCADA, Fernanda. La privatización de la Universidad Latinoamericana y los mecanismos de financiamiento como estrategia política. Un estudio de casos. **Revista Española de Educación Comparada**, [s. l.], n. 42, p. 261–283, 2022. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/34279>. Acesso em: 8 out. 2025.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo/>. Acesso em: 25 out. 2025.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo/>. Acesso em: out. 2025.
- BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. **La privatización encubierta en la educación pública.** Brusela, maio, 2008 Informe. Instituto de Educación, Universidad de Londres. Disponível em: [https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball\\_s.\\_y\\_youdell\\_d.\\_2008\\_la\\_privatizacion\\_encubierta\\_en\\_la\\_educacion\\_publica.pdf](https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11 n.3, set./dez.2013, p.487-501.
- CARVALHO, Cristina H. A. de; LIMA, Raimundo da S. Estratégias e movimentos dos grandes grupos privados de ensino superior de capital aberto entre 2007 e 2021. **Rev. Bras. Educ.**, v. 29, 2024. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782024000100260&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782024000100260&lang=pt). Acesso em: 20 out. 2025.
- CASTRO, Alda Maria D. A.; FRANCO, Maria Wanessa do N. B. Oligopólios educacionais e a governança corporativa: um novo modelo de gestão da educação privada. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1132–1149, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79119. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79119>. Acesso em: 24 out. 2025.
- CINDA. **Educación Superior en Iberoamérica: Informe 2024.** Santiago: Centro 1 Interuniversitario de Desarrollo, 2024.

CHAVES, Vera L. J.; AMARAL, Nelson C. Política de expansão da educação superior no Brasil - o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, v. 32, n. 4, oct./dec. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 24 out. 2025.

COSTA, Regina Alice R. A.; GUERRA, Maria das Graças G. V. Indústria global de educação, edu-business, edtechs e os reflexos no campo educacional brasileiro. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 21, n. 62, p. 110–132, 2025. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6593>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CUENCA, Ricardo; REÁTEGUI, Luciana. **La (incumplida) promesa universitaria em el Perú**. Lima: IEP, 2016 (Documento de Trabajo, 230, Serie Educación, 11).

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar e a rede privada: concessão e autorização. **Movimento**, v. 3, n.5, 2016.

DAVIES, Nicholas. **FEC tem servido a interesses pessoais e seu apoio à UFF está longe de acontecer**. Brasília: Dossiê Nacional 1 – publicação especial do ANDES-SN, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parceria na Administração Pública**: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DOURADO, Luiz F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-252.

FELDFEBER, Myriam. La redefinición del espacio público: el caso de las escuelas autogestionadas en Argentina. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 923-943, set. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo/>. Acesso em: 24 out. 2025.

GARCIA, Alix Johana Gaffaro; TUESTA, Yenny Naranjo. La tercera misión universitaria hacia la transferencia de conocimiento, la innovación, el emprendimiento y el desarrollo sostenible: una revisión sistemática de la literatura. **RAE**, São Paulo, v. 65, n. 3, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HFvdr47Pwzy9565bthQzhbc/?lang=es>. Acesso em: 14 jan. 2026.

HOOD, Christopher. A public management for all seasons? **Public Administration**, v. 69, p. 3-19, 1991.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. **Revista da Aduel**, Londrina, v. 1, n. 1, set. 2003.

LOPES, Luís Augusto. Future-se: elucidando mais uma tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982022000100150&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982022000100150&lang=pt). Acesso em: 20 out. 2025.

MARTINS, André Dutra; BARREYRO, Gladys Beatriz. Rankings acadêmicos internacionais como reguladores da educação superior: uma análise acerca dos seus usos em deliberações sobre políticas institucionais. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 1082-1097, maio/ago. 2024.

MINHOTO, Maria Angélica P.; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; AGUIAR, Thiago Borges de. Expansão e mercantilização dos cursos de pedagogia: deformação em larga escala de futuros pedagogos. **Educ. rev.**, v. 40, 2024. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982024000100263&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982024000100263&lang=pt). Acesso em: 20 out. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Silva.; MARQUES, Luciana Rosa; LIMA, Iana Gomes de. Do programa de classe ao cotidiano escolar: Neoliberalismo, Gerencialismo e Nova Gestão Pública na educação: From Class Program to Everyday School Life: Neoliberalism, Managerialism, and New Public Management in Education. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 43, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10924>. Acesso em: 14 jan. 2026.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Ampliação do sistema de ensino superior nas sociedades contemporâneas no final do Sec. XIX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional – o caso brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n. 28, p.125-146, 2010.

RED INDICES, Panorama de la educación superior en Iberoamérica a través de los indicadores de la Red Indices. **Revelamiento 2023**: Papeles del Observatorio, n. 26, Buenos Aires, Argentina, mayo 2024.

RED INDICES, Panorama de la educación superior en Iberoamérica a través de los indicadores de la Red Indices. **Revelamiento 2023**: Papeles del Observatorio, n. 28, Buenos Aires, Argentina, mar, 2025.

RIKOWSKI, Glenn, Privatização em educação e formas da mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 11, n. 21, jul./dez. 2017.

SANTOS, Maria Rosimary S. dos; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Mercantilização e financeirização do setor educacional privado-mercantil no Brasil: feições da crise da educação brasileira. **Educação**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e107/1–27, 2023. DOI: 10.5902/1984644469525. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/69525>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SOARES FILHO, José. Serviço Público: conceito, privatização. **Revista Jus et Fides**, v. 2, n. 1, jul. 2002.

VERGER, Antoni; ZANCAJO, Adrián; FONTDEVILA, Clara. La economía política de la privatización educativa: políticas, tendencias y trayectorias desde una perspectiva comparada. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, Colombia, n. 70, jan./jun. 2016. p. 47-78.

#### **Sobre o/a(s) autor/a(s)**

##### **Luciane Terra dos Santos Garcia**

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação. Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Contribuição de autoria: conceituação, metodologia, curadoria de dados, redação original e revisão.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2546503141542893>

##### **Kildo Adevair dos Santos**

Doutor em Educação. Professor do Departamento de Ciências da Educação (DECED/UFSJ). Grupo de Estudos e Pesquisa INCT GESTRADO. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Contribuição de autoria: conceituação, análise formal, investigação, validação, redação original e revisão.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6285167193595292>

##### **Ricardo Cuenca**

Doutor em Educação. Professor Principal da Universidade Nacional Mayor de São Marcos. Pesquisador do Instituto de Estudos Peruanos (IEP). Universidade Nacional Mayor de São Marcos (UNMSM). Lima, Peru.

Contribuição de autoria: supervisão, validação, escrita – revisão e edição

#### **Como referenciar**

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; SANTOS, Kildo Adevair dos; CUENCA, Ricardo. Privatização do ensino superior na ibero-américa: conceitos, formas e consequências. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e18664, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.18664